ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ nº 33.544.370/0001-49
Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU de 13/04/1962, de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 41.567 de 24/01/1997 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa equivalente de caixa	11	96.587	101.915
Títulos e valores mobiliários	12	196.389	223.791
Contas a receber	13	14.772	14.888
Estoques		4.984	574
Outras contas a receber	14	17.123	11.261
Despesas antecipadas		1.964	1.062
Total do circulante		331.819	353.491
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Empréstimos - Partes Relacionadas	21	3.127	42.429
Depósito judicial	20.b	32.193	28.972
Outras contas a receber	14	-	750
		35.320	72.151
Investimentos		243	243
Propriedade para investimentos	15	779.943	787.797
Imobilizado	16	976.523	757.283
Intangível		714	1.145
Total do não circulante		1.792.743	1.618.619
Total do ativo		2.124.562	1.972.110

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Fornecedores		10.522	6.487
Obrigações tributárias		5.589	4.898
Obrigações trabalhistas e sociais	17	22.493	22.686
Outras contas a pagar	18	30.956	4.438
Adiantamento de clientes	19	24.200	18.507
Total do circulante		93.760	57.016
Não Circulante			
Provisão para contingências	20.a	5.905	3.138
Outras contas a pagar	18	60.016	-
Total do não circulante		65.921	3.138
Patrimônio Líquido	22		
Patrimônio social		957.658	932.850
Ajuste de avaliação patrimonial		968.922	934.254
Superávit acumulado		38.301	44.852
Total do patrimônio líquido		1.964.881	1.911.956
Total do passivo e patrimônio líquido		2.124.562	1.972.110

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	23	337.166	323.765
Custo dos serviços prestados	24	(292.787)	(290.407)
Superávit bruto		44.379	33.358
Despesas por natureza			
Com vendas	24	(3.200)	(4.525)
Gerais e administrativas	24	(25.569)	(26.495)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquida		(11.203)	(5.056)
Superávit (deficit) antes do resultado financeiro		4.407	(2.718)
Resultado Financeiro			
Receita Financeira	25	23.003	36.713
Despesas Financeiras	25	(274)	(308)
Receita financeira, líquida		22.729	36.405
Superávit do exercício		27.136	33.687

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	2018	2018
Superávit do exercício	27.136	33.687
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	27.136	33.687

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo ajustado em 01/01/2017		857.201	945.419	75.649	1.878.269
Transferência para patrimônio social		75.649	-	(75.649)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	(11.165)	11.165	-
Superávit do exercício		-	-	33.687	33.687
Saldo em 31/12/2017		932.850	934.254	44.852	1.911.956
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	6.p	-	-	(2.503)	(2.503)
Saldo ajustado em 01/01/2018		932.850	934.254	42.349	1.909.453
Transferência para patrimônio social		42.349	-	(42.349)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	(11.165)	11.165	-
Incorporação de acervo líquido	2	(17.541)	45.833	-	28.292
Superávit do exercício		-	-	27.136	27.136
Saldo em 31/12/2018		957.658	968.922	38.301	1.964.881

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	27.136	33.687
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	28.149	25.375
(Reversão) constituição de perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	(2.814)	390
Resultado na venda de ativos imobilizados e propriedades para investimentos	499	2.390
Resultado na baixa de ativos intangíveis	991	-
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.112	1.701
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(950)	(1.737)
Provisão para obsolescência	1.752	-
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(19.730)	(21.093)
Perdão de dívida sobre empréstimos com partes relacionadas	890	-
Provisão para contingências	1.397	2.564
	38.432	43.277
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(875)	(4.297)
Despesas antecipadas	(894)	(610)
Estoques	149	32
Outras contas a receber	(4.909)	6.955
Depósitos judiciais	(2.157)	(3.776)
Outros ativos	-	(9)
	(8.686)	(1.705)
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	2.415	(1.650)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(1.081)	8.349
Outras contas a pagar	(332)	142
Adiantamento de clientes	3.322	(824)
Contingências	42	-
	4.366	6.017
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	34.112	47.589
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(174.868)	(33.150)
Resgate de títulos e valores mobiliários	222.073	45.250
Incorporação de caixa e equivalentes de caixa	5.694	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(7.006)	(6.302)
Aquisição de ativo imobilizado e propriedades para investimentos	(85.333)	(65.290)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(39.440)	(59.492)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa	(5.328)	(11.903)
No início do exercício	101.915	113.818
No fim do exercício	96.587	101.915
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(5.328)	(11.903)
Transações que não Afetaram o Caixa	-	-
Aquisições de imobilizado	85.805	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade nas áreas educacional, assistencial, cultural e religiosa, com Título de Utilidade Pública Estadual de São Paulo conforme Decreto n.º 41.567 de 24/01/1997, Título de Utilidade Pública Estadual do Rio de Janeiro conforme Decreto n.º 179/75 e Resolução SEASDH n.º 267 de 23/07/2010, Título de Utilidade Pública Municipal de São Paulo conforme Decreto 56.228 de 01/07/2015 e com o CEBAS/MEC (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Educação - Processo nº 71000.115008/2009-64 - com validade até 31/12/2014 - conforme Portaria 701 do MEC - SERES de 18/11/2014 - Protocolo de Renovação MEC/SERES/SIDOC emitido em 01/12/2014 - Processo nº 23000.013794/2014-81 o qual encontra-se aguardando análise, conforme SEI/MEC 0608107 emitida em 27/03/2017 e procedeu novamente, conforme obrigação legal a entrega da documentação em meio físico, junto ao Ministério da Educação - MEC para renovação MEC/SERES/ triênio 2018 a 2020 conforme protocolo emitido em 11/12/2017 - Processo nº 23000.047949|2017-25 o qual encontra-se aguardando análise. **2. Incorporação no exercício:** Em 01/11/2018 foi procedida a cisão parcial da Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social - AJEAS com a versão do acervo patrimonial incorporado da parcela cindida pela ANEAS nos termos do protocolo e justificação da cisão parcial , avaliado o valor contábil na data base de 31 de outubro de 2018, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 26 de novembro de 2018. O acervo líquido incorporado foi de R$ 28.292 e era composto pelos seguintes elementos patrimoniais. Este acervo era formado substancialmente pelos ativos e passivos das Edições Loyola (operação de edições, impressões e distribuições de livros), determinados ativos imobilizados e propriedades para investimento e mútuo existentes entre a Associação e a AJEAS.

Ativo	Laudo de Cisão
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.694
Títulos e valores mobiliários	73
Contas a receber	2.624
Estoque	6.311
Outras contas a receber	203
Despesas antecipadas	8
	14.913
Não Circulante	
Depósitos judiciais	114
Propriedade para investimentos	595
Imobilizado	66.047
	66.755
Total do ativo	81.669
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	1.620
Obrigações trabalhistas e sociais	1.501
Obrigações tributárias	78
Outras contas a pagar	653
Adiantamento de clientes	2.371
	6.223
Não Circulante	
Provisão para contingências	1.328
Outras contas a pagar	408
Empréstimos com partes relacionadas	45.072
Outras contas a pagar - partes relacionadas	346
	47.154
Acervo líquido (a)	28.292
Total do passivo	81.669

(a) O acervo líquido adquirido pela incorporação parcial da AJEAS é composto e está demonstrado da seguinte maneira na demonstração das mutações do patrimônio líquido (R$ 17.541) no patrimônio social e R$ 45.833 em ajuste de avaliação patrimonial. **3. Base de preparação - a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em Assembleia Geral da Associação em 28/03/2019. Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Associação no qual o CPC47 / IFRS15 - receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 instrumentos financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais politicas contábeis estão descritas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Associação na sua gestão. **4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/12/2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 13** - Provisão para crédito liquidação duvidosa; **Nota 8.g** - Prazo de vida útil da propriedade para investimentos; **Nota 8.f** - Prazo de vida útil do ativo imobilizado; **Nota explicativa 20.a** - provisão para contingência. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Notas explicativa 28 - instrumentos financeiros. **7. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Associação aplicou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 instrumentos financeiros e o CPC47 / IFRS15 - receita de contrato com cliente a partir de 01/01/2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Associação na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente. O efeito da aplicação inicial dessas normas esta detalhado conforme a seguir: ***a - CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente:*** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 Receitas, O CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos serviços. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquida de devoluções e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Associação, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Em relação a CPC 47/IFRS 15 não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa da Associação para o exercício findo a 31/12/2018 pois as operações e principalmente as modalidades de serviços praticados pela Associação fazem com que os critérios de reconhecimento de receita já atenderem substancialmente os critérios requeridos pela nova norma. ***b - CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros:*** O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. *Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:* O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Associação não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo por meio do resultado (VJR), sendo assim, não houve qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48. Abaixo são demonstrados a classificação dos ativos e passivos financeiros anteriormente e como ficou a classificação a partir da data da adoção em 01/01/2018:

Ativo financeiro	Classificação anterior	Classificação CPC 48/IFRS 9
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes e alunos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mútuo partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivo financeiro		
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros. O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 01/01/2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável, conforme segue:

Superávit acumulado	Impacto na adoção do CPC 48/IFRS 9 em 1o. de janeiro de 2018
Constituição de provisão para perda de crédito esperada com inadimplência	(2.503)
Efeito em 1o. de janeiro de 2018	**(2.503)**

A tabela a seguir reconcilia os valores contábeis dos ativos financeiros (contas a receber) sob o CPC 38 / IAS 39 aos valores contábeis de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na transição para o CPC 48 / IFRS 9 em 01/01/2018.

Ativos financeiros	Valor conforme CPC 38/IAS 39 em 31/12/2017	Remensuração	Valor conforme CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018
Custo amortizado			
Clientes e outros recebíveis			
Saldo reportado:			
Empréstimos e recebíveis	14.888	(2.503)	12.385
Custo amortizado total	14.888	(2.503)	12.385

8. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo aplicação das novas normas contábeis descritas na nota explicativa 7. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. **b. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Associação. A Associação adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. **c. Contas a receber:** Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas. A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. **d. Estoques:** Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. Periodicamente, a Administração realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado. **e. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo.). **f. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. ***Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Prédios e Edificações	10 - 60 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Usina fotovoltáica	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas que variam de 20% a.a. (5 anos) a 1,67% a.a (60 anos) de acordo a avaliação patrimonial realizada para o respectivos imóveis. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Anualmente, a Associação mensura o valor justo das propriedades para investimentos para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. **h. Obrigações trabalhistas e sociais:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **j. Mensalidades recebidas antecipadamente:** Como prática de nosso negócio e mercado de atuação, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como mensalidade recebida antecipadamente, no passivo circulante, aquelas mensalidades de períodos subsequentes que são recebidas antecipadamente pela Associação no exercício social em curso, sendo que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possuí uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Associação, de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que, exceto pelo valor de outras contas a pagar pela compra de imóvel (nota 18), qualquer outro ajuste a valor presente seria irrelevante. **m. Apuração do resultado contábil e reconhecimento das receitas:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As praticas contábeis de reconhecimento de receita estão descritos na nota 23. **n. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Associação adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **o. Instrumentos financeiros - *Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado -VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. *(i) Classificação e mensuração subsequente.* **Ativos Financeiros - Política aplicável a partir de 01/01/2018:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 a Associação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e · seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizadoou como VJR. ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. ***Custo amortizado:*** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, cerificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Ativos financeiros - Politica aplicável antes de 01/01/2018:** A Associação classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: - empréstimos e recebíveis; - Ativos financeiros mantidos até o vencimento;- ativos financeiros disponíveis para venda; e - ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas - Política aplicável antes de 01/01/2018.** - ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado. -Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. - ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. *(ii)**Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(iii)* ***Instrumentos financeiros derivativos:*** A Associação não possuía em 31/12/2018 e 2017 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **p. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2019. A Associação não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Associação não planejou adotar estas normas de forma antecipada. ***Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:*** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. *(i) Arrendamentos em que a Associação é um arrendatário:* A Associação está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, porém a Administração não espera ter impactos significativos em relação a mensuração do ativo de arrendamento de imóveis, uma vez que todos seus imóveis são próprios. *(ii) Arrendamentos em que a Associação é um arrendador:* A Associação está em processo de avaliação em seus contratos de arrendamento se contém ou não subarrendamentos, mas não espera nenhum impacto significativo nos contratos em que a Associação é arrendadora. **r. Informações operacionais divulgadas:** As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Associação, cujo objetivo é segregar as operações assistenciais das não assistenciais. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas. **9.Trabalho voluntário:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras receitas operacionais também no resultado do exercício. Em 31/12/2018 a Associação registrou o montante de R$ 1.557 (R$ 1.555 em 2017) referente a trabalhos voluntários.

10. Informações operacionais divulgadas
Balanços patrimoniais por área de atuação

Ativo	2018 Total	2018 Educação	2018 Assistência Social	2018 Demais Atividades	2017 Total	2017 Educação	2017 Assistência Social	2017 Demais Atividades
Circulante								
Caixa equivalente de caixa	96.587	93.589	188	2.810	101.915	99.243	244	2.428
Títulos e valores mobiliários	196.389	70.512	-	125.877	223.791	56.835	177	166.779
Contas a receber	14.772	6.252	-	8.520	14.888	6.782	358	7.748
Estoque	4.984	576	-	4.408	574	574	-	-
Outras contas a receber	17.123	8.134	189	8.800	11.261	7.114	305	3.842
Despesas antecipadas	1.964	1.540	9	415	1.062	587	109	366
Total do circulante	**331.819**	**180.603**	**386**	**150.830**	**353.491**	**171.135**	**1.193**	**181.163**
Não circulante								
Empréstimos - Partes Relacionadas	3.127	3.127	-	-	42.429	3.012	38	39.379
Depósito judicial	32.193	1.314	225	30.654	28.972	2.130	225	26.617
Outras contas a receber	-	-	-	-	750	-	-	750
Investimentos	243	210	1	32	242	209	1	32
Propriedade para investimentos	779.943	-	-	779.943	843.216	-	-	843.216
Imobilizado	976.523	698.782	7.176	270.565	701.864	554.138	7.447	140.279
Intangível	714	283	13	418	1.146	582	21	543
Total do não circulante	**1.792.743**	**703.716**	**7.415**	**1.081.612**	**1.618.619**	**560.071**	**7.732**	**1.050.816**
Total do Ativo	**2.124.562**	**884.319**	**7.801**	**1.232.442**	**1.972.110**	**731.206**	**8.925**	**1.231.979**

Passivo	2018 Total	2018 Educação	2018 Assistência Social	2018 Demais Atividades	2017 Total	2017 Educação	2017 Assistência Social	2017 Demais Atividades
Circulante								
Fornecedores	10.522	5.075	38	5.409	6.487	4.773	56	1.658
Obrigações tributárias	5.589	4.827	24	738	4.898	4.394	62	442
Obrigações trabalhistas e sociais	22.493	19.581	119	2.793	22.684	20.368	295	2.021
Outras contas a pagar	30.956	27.284	1	3.670	4.440	1.594	79	2.767
Adiantamento de clientes	24.200	20.132	-	4.069	18.507	17.594	140	773
Total do circulante	**93.760**	**76.899**	**182**	**16.679**	**57.016**	**48.723**	**632**	**7.661**
Não Circulante								
Provisão para contingências	5.905	2.566	14	3.325	3.138	741	-	2.397
Outras contas a pagar	60.016	60.016	-	-	-	-	-	-
Total do não circulante	**65.921**	**62.582**	**14**	**3.325**	**3.138**	**741**	**-**	**2.397**
Patrimônio Líquido								
Patrimônio social	1.964.881	744.838	7.605	1.212.438	1.911.956	681.742	8.293	1.221.921
Total do patrimônio líquido	**1.964.881**	**744.838**	**7.605**	**1.212.438**	**1.911.956**	**681.742**	**8.293**	**1.221.921**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.124.562**	**884.319**	**7.801**	**1.232.442**	**1.972.110**	**731.206**	**8.925**	**1.231.979**

Demonstrações de resultados por área de atuação

	2018 Total	2018 Educação	2018 Assistência Social	2018 Demais Atividades	2017 Total	2017 Educação	2017 Assistência Social	2017 Demais Atividades
Receita operacional líquida	337.166	272.901	1.445	62.820	323.765	253.467	1.490	68.808
Custos dos serviços prestados	(292.787)	(239.009)	(3.455)	(50.323)	(290.407)	(234.551)	(3.745)	(52.111)
Superávit (déficit) bruto	**44.379**	**33.892**	**(2.010)**	**12.497**	**33.358**	**18.916**	**(2.255)**	**16.697**
Despesas operacionais e administrativas								
Com vendas	(3.200)	(2.650)	-	(550)	(4.525)	(24)	-	(4.501)
Gerais e administrativos	(25.569)	(11.066)	(550)	(13.953)	(26.495)	(12.130)	(790)	(13.575)
Outras Despesas ou receitas operacionais	(11.203)	(330)	(463)	(10.410)	(5.056)	(1.150)	(425)	(3.481)
	(39.972)	**(14.046)**	**(1.013)**	**(24.913)**	**(36.076)**	**(13.304)**	**(1.215)**	**(21.557)**
Resultado Financeiro								
Receitas financeiras	23.003	14.273	70	8.660	36.713	20.059	78	16.576
Despesas financeiras	(274)	(237)	(1)	(36)	(308)	(247)	(7)	(54)
	22.729	**14.036**	**69**	**8.624**	**36.405**	**19.812**	**71**	**16.522**
Superávit/Déficit do exercício	**27.136**	**33.882**	**(2.954)**	**(3.792)**	**33.687**	**25.424**	**(3.399)**	**11.662**

Educação: Fundamentada em seus Estatutos Sociais, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS, possui como objetivo manter instituições de ensino que atuam em uma autêntica rede de promoção do conhecimento, de formação integral e de inclusão social de seu corpo discente. Em 2018, a ANEAS atendeu nas Unidades Educativas: Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro/RJ), Colégio Anchieta (Nova Friburgo-RJ), Centro Educativo Padre Agostinho Castejón (Rio de Janeiro/RJ), Colégio São Francisco Xavier (São Paulo/SP), Colégio São Luís (São Paulo/SP), Colégio Loyola (Minas Gerais/MG), Colégio dos Jesuítas (Juiz de Fora/MG), Centro de Educação Infantil Nhá Chica (Montes Claros/MG) e Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa - ETE FMC (Santa Rita do Sapucaí/MG) o total de 13.715 alunos na educação básica, nos níveis da educação infantil, ensino fundamental e médio como também nas modalidades da educação de jovens e adultos e educação profissional técnica. ***Assistência social:*** As ações ofertadas na área de assistência social visam contribuir para garantia de direitos e para que os sujeitos sejam protagonistas de sua história, capaz de impulsionar as mudanças necessárias em nossa sociedade. Assim, na consecução de seus objetivos institucionais e em caráter permanente, a ANEAS investe no trabalho em rede, desenvolvendo em diversas regiões do país programas de assistência social compostos por projetos, cujas ações estruturais e emergenciais se complementam, objetivando a transformação da sociedade por meio da inserção e da promoção social da população em situação de vulnerabilidade social. Em 2018 a ANEAS manteve 2 (dois) serviços de assistência social diretos: Projeto Centro Santa Fé (São Paulo) e Projeto Oficinas Culturais Anchieta - OCA (Embu das Artes), ambos localizados no estado de São Paulo. Também manteve 18 (dezoito) projetos sociais localizados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Tocantins, Roraima e Amazonas por meio do Programa de Assessoramento Técnico e Financeiro que possibilitou o atendimento 3.014 (três mil e quatorze) usuários, mediante parceria estabelecida com a Fundação Fé e Alegria do Brasil. ***Demais atividades:*** As receitas com demais atividades refere-se substancialmente aos rendimentos das aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários e com arrendamento de terrenos e imóveis comerciais que são arrendados por terceiros para valorização de capital e em comodato e comércio decorrentes da edição, da impressão e distribuição de livros, cujos resultados são monitorados e avaliados de forma integrada. As receitas desta atividade são revertidas para apoio das atividades de educação e assistência social. As despesas deste segmento refere-se basicamente aos gastos com pessoal administrativo, depreciação e demais gastos empenhados para manutenção dos imóveis destinados a arrendamento.

11. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	2.161	1.842
Aplicações financeiras (a)	94.426	100.073
	96.587	101.915

(a)As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 90% e 107% do CDI (97% a 101% do CDI em 2017), que são de alta liquidez e podem ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

12. Títulos e valores mobiliários	Remuneração	2018	2017
CDBs - Renda Fixa	90% a 107% do CDI	196.389	223.791
		196.389	223.791

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários são utilizados como reserva financeira da Associação para manutenção de suas obras, de forma que não são utilizadas no fluxo usual do caixa da Associação.

13. Contas a receber

	2018	2017
Contas a receber de alunos (a)	15.342	14.842
Contas a receber de vendas	3.106	-
Alugueis a receber	7.978	8.845
Outras contas a receber	2.311	474
Subtotal	28.737	24.161
Provisão para perdas de crédito esperadas - Alunos	(11.728)	(9.273)
Provisão para perdas de crédito esperadas - Vendas	(1.105)	-
Provisão para perdas de crédito esperadas - Aluguéis	(1.132)	-
Subtotal	(13.965)	(9.273)
Total	14.772	14.888

(a) O saldo de contas a receber de alunos representa as mensalidades a vencer, mensalidades já emitidas, porém não recebidas e acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas. **Provisão para perda com crédito esperada:** A Associação utiliza uma matriz de provisões para a mensuração de perda de crédito esperada com o contas a receber de alunos, vendas e aluguéis. As taxas de perdas são calculadas por meio de uso de "rolagem" com base na probabilidade de um valor avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber em 31/12/2018:

	Taxa média ponderada de perda estimada: Alunos	Aluguéis	Vendas	Alunos: Saldo contábil bruto	Alunos: Provisão perda para de crédito esperada	Aluguéis: Saldo contábil bruto	Aluguéis: Provisão para perda de crédito esperada	Vendas: Saldo contábil bruto	Vendas: Provisão para perda de crédito esperada
À vencer	0,93%	1,10%	-	-	-	6.573	(63)	1.899	-
Vencidos: De 01 a 30 dias	17,46%	51,91%	40,70%	770	(110)	94	(40)	172	(70)
De 31 à 60 dias	20,31%	54,25%	100%	758	(127)	135	(66)	19	(19)
De 61 à 90 dias	26,07%	57,25%	100%	479	(103)	2	(1)	42	(42)
De 91 à 180 dias	39,11%	60,57%	100%	1.816	(586)	318	(193)	31	(31)
De 181 à 360 dias	79,37%	74,15%	100%	1.661	(944)	336	(249)	33	(33)
Acima de 361 dias	100%	100%	100%	9.858	(9.858)	520	(520)	910	(910)
Total				**15.342**	**(11.728)**	**7.978**	**(1.132)**	**3.106**	**(1.105)**

*O efeito da adoção do CPC 47/IFRS15 sobre o contas a receber, esta descrito na nota explicativa 7n. A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	(8.039)
Baixa de provisão	467
Complemento de provisão pelo critério econômico	(1.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.273)
Efeito da adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 (em 1º de janeiro 2018)	(2.503)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(11.776)
Baixa de provisão	1.931
Complemento de provisão pelo critério econômico	(3.043)
Incorporação AJEAS	(1.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(13.965)

14. Outras contas a receber

	2018	2017
Adiantamentos diversos (a)	15.617	7.038
Outras contas a receber	93	1.006
Outros	1.413	3.967
	17.123	12.011
Circulante	17.123	11.261
Não circulante	-	750

(a)Refere-se, substancialmente, a saldo de adiantamento da férias a funcionários e adiantamentos a fornecedores. **15. Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo, conforme apresentado a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas (a)	Incorporação AJEAS (nota 2)	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	392.356	-	(243)	-	250	392.363
Prédios e edificações	440.035	-	(297)	19.031	400	459.169
Imobilizações em andamento (a)	19.013	593	(64)	(19.031)	-	511
Total custo	851.404	593	(604)	-	650	852.043
Prédios e edificações	(63.607)	(8.543)	105	-	(55)	(72.100)
Total depreciação	(63.607)	(8.543)	105	-	(55)	(72.100)
Propriedade para investimento líquido	787.797	(7.950)	(499)	-	595	779.943

Custo	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	392.756	-	(400)	-	392.356
Prédios e edificações	439.814	-	(400)	621	440.035
Imobilizações em andamento	10.833	8.801	-	(621)	19.013
Total custo	843.403	8.801	(800)	-	851.404
Prédios e edificações	(52.373)	(11.271)	37	-	(63.607)
Total depreciação	(52.373)	(11.271)	37	-	(63.607)
Propriedade para investimento líquido	791.030	(2.470)	(763)	-	787.797

(a) As transferências de obras em andamento referem-se substancialmente ao encerramento de obras no Edifício São Luiz Gonzaga . Propriedades para investimento incluem os terrenos e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros, para valorização de capital e em comodato. Cada arrendamento tem um período inicial não revogável de 30 meses com o valor anual do aluguel indexado a índices de preços ao consumidor. Nenhum aluguel contingente é cobrado. **Mensuração do valor justo:** Em 31/12//2018 o valor justo de todas as propriedades para investimentos foram mensuradas em R$ 1.228.581 (R$ 1.209.219 em 2017). **16. Imobilizado:** As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas (a)	Incorporação Ajeas (nota 2)	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	352.293	124.425	-	4.723	33.497	514.938
Prédios e edificações	437.470	749	-	23.188	34.386	495.793
Veículos	4.469	309	-	-	100	4.878
Móveis e utensílios	15.882	2.290	-	-	758	18.930
Usina fotovoltáica	-	-	-	7.323	-	7.323
Equipamentos e instalações	26.895	2.859	-	-	9.594	39.348
Imobilizações em andamento (a) (b)	28.584	38.383	-	(35.234)	2.640	34.373
Total Custo	865.593	169.015	-	-	80.975	1.115.583
Prédios e edificações	(78.428)	(14.263)	-	-	(8.832)	(101.523)
Veículos	(3.543)	(443)	-	-	(12)	(3.998)
Móveis e utensílios	(7.906)	(2.063)	-	-	(1.287)	(11.256)
Equipamentos e instalações	(15.486)	(1.867)	-	-	(4.797)	(22.150)
Total Depreciação	(105.363)	(18.636)	-	-	(14.928)	(138.927)
Provisão para perdas	(2.947)	-	2.814	-	-	(133)
Saldo líquido	757.283	150.379	2.814	-	66.047	976.523

(a) As transferências de obras em andamento referem-se substancialmente ao encerramento de obras na Rua Divinópolis em SP, Vila Manresa no interior de SP e Usina Fotovoltáica localizada em Santa Rita do Sapucaí/MG. (b) A principal obra em andamento em 31/12/2018 refere-se a construção do novo local que será sede do Colégio São Luís em 2020, conforme anunciado em 24/03/2018.

Custo	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	350.434	2.356	(497)	-	352.293
Prédios e edificações	389.156	13.127	(450)	35.637	437.470
Veículos	4.523	387	(441)	-	4.469
Móveis e utensílios	24.403	2.636	(11.169)	12	15.882
Equipamentos e instalações	25.120	1.787	-	(12)	26.895
Imobilizações em andamento	28.667	35.554	-	(35.637)	28.584
Total custo	822.303	55.847	(12.557)	-	865.593
Prédios e edificações	(70.953)	(10.864)	3.389	-	(78.428)
Veículos	(3.316)	(460)	233	-	(3.543)
Móveis e utensílios	(20.878)	(1.912)	7.330	-	(15.460)
Equipamentos e instalações	(7.178)	(754)	-	-	(7.932)
Total depreciação	(102.325)	(13.990)	10.952	-	(105.363)
Provisão para perdas	(2.557)	(390)	-	-	(2.947)
Saldo líquido	717.421	41.467	(1.605)	-	757.283

17. Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Provisão para férias	14.366	14.071
FGTS a recolher	1.340	2.244
Salários a pagar	6.649	6.272
Outros	138	99
	22.493	22.686

18. Outras contas a pagar

	2018	2017
Imóveis a pagar (a)	97.615	-
Ajuste a valor presente sobre imóveis a pagar	(11.810)	-
Outras contas a pagar	5.167	4.438
	90.972	4.438
Circulante	30.956	4.438
Não circulante	60.016	-

(a)O saldo de imóveis a pagar nas demonstrações financeiras refere-se substancialmente, a aquisição de imóvel situado na Avenida Doutor Dante Pazzanese número 295 - Ibirapuera - São Paulo, o qual será a sede do Colégio São Luis a partir de 2020. Como os pagamentos serão efetuados em 2019, 2020 e 2021, como demonstrado abaixo, a Associação apurou ajuste a valor presente no montante de R$ 11.810.

	Contas a pagar	AVP
2019	34.615	(8.826)
2020	31.500	(2.598)
2021	31.500	(386)
Total	97.615	(11.810)

19. Adiantamento de clientes

	2018	2017
Mensalidades antecipadas	19.670	17.506
Aluguéis antecipados	1.108	216
Venda de livros e revistas	3.257	-
Outras receitas antecipadas	165	785
	24.200	18.507

O saldo de adiantamento de clientes nas demonstrações financeiras referem-se, substancialmente, às matrículas e mensalidades, alugueis antecipados e venda de livros e revistas de trabalhos gráficos, recebidas antecipadamente, onde serão reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **20. Provisão para contingências e depósitos judiciais: a. Provisão para contingências:** A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2018	2017
Trabalhista	5.686	3.138
Cíveis	219	-
Total de contingências	5.905	3.138

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Utilização	Incorporação Ajeas (nota 2)	Saldo em 31/12/2018
Trabalhista	3.138	1.930	(722)	1.298	5.686
Cíveis	-	189	-	30	219
Total	**3.138**	**2.119**	**(722)**	**1.328**	**5.905**

Além dos processos acima mencionados, em 31/12/2018 existem outros processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo do risco possível no montante de R$ 24.206 (R$ 25.635 em 2017), dos quais se destacam o montante de R$ 22.546 de PIS sobre folha de pagamento. **b. Depósitos judiciais:** Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, sendo esta sua movimentação e composição:

	31/12/2017	Adições	Incorporação Edições Loyola	Baixas	Atualização	31/12/2018
Pis sobre folha de pagamento (i)	23.317	1.701	-	(48)	938	25.908
Trabalhistas	1.768	81	58	(887)	196	1.020
ICMS - Depositos	-	-	56	-	-	56
Outros	3.887	1.691	-	(565)	-	5.209
	28.972	3.473	114	(1.500)	1.134	32.193

As principais naturezas podem ser resumidas a seguir: (i) PIS sobre folha de pagamento - a Associação possui processo judicial para reconhecer o direito líquido e certo da empresa à imunidade prevista no art. 195, §7º da Constituição Federal, afastando a inconstitucional exigência do recolhimento da constribuição ao PIS, tal como atualmente previsto na Medida Provisória nº 2158-35/01, de 24/08/2001. Os valores questionados são depositados em juízo.

21. Partes relacionadas - a. Saldos com partes relacionadas

Saldos	2018	2017
Ativo não circulante		
Empréstimos - partes relacionadas		
Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social - AJEAS (a)	3.110	40.373
Companhia de Jesus Jesuítas (b)	4	948
Outras partes relacionadas	13	1.108
	3.127	42.429

continua...

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ e utilize o código C4EA-7D81-B1A2-AD38.